

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.951 - GO (2019/0047927-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : HOSPITAL RENAISSANCE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : MÁRCIO MESSIAS CUNHA - GO013955
WESLEY BATISTA E SOUZA - GO022677
CRISTIANI MARTINS PIRES CUNHA E OUTRO(S) - GO013924
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO DA 13ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO
INTERES. : MARCOS CLAUDIO DO CARMO

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência suscitado por HOSPITAL RENAISSANCE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL em face do Juízo de Direito da 23ª Vara Cível de Goiânia/GO e do Juízo da 13ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO.

Diz o suscitante que, apesar de estar submetido a processo de recuperação judicial, o d. Juízo trabalhista suscitado, "*1) determinou ao oficial de justiça plantonista que imediatamente intimasse a instituição financeira para efetuar a transferência do dinheiro bloqueado (R\$ 23.204,80 vinte e três mil duzentos e quatro reais e oitenta centavos), 2) bem como expediu alvará em tempo recorde da quantia que já se encontrava na conta judicial; sem que antes sequer tenha julgado os embargos à execução opostos, observe trecho da decisão*" (nas fls. 4/5).

Afirma, desse modo, que o conflito positivo de competência está caracterizado, porque é competência absoluta do Juízo da Recuperação Judicial estabelecer, em harmonia com o plano de soerguimento, a forma como serão satisfeitos os créditos requeridos em face de empresas em recuperação judicial, sob a égide da Lei n. 11.101/05.

Solicita, em sede de liminar, a imediata suspensão da decisão do d. Juízo do Trabalho Suscitado e, no mérito, o conhecimento e provimento do presente conflito, para reconhecer a competência do Juízo da Recuperação Judicial.

Todavia, dos documentos trazidos aos autos pelo suscitante não resta configurado, em princípio, o conflito de competência, pois não anexada cópia da assinalada **decisão** proferida pelo d. Juízo trabalhista suscitado, na qual haja determinando o bloqueio ou alienação de bens e valores eventualmente afetados ao plano

de soerguimento empresarial.

Dessa forma, traga o suscitante, em dez (10) dias, documentos atuais e aptos a configurar o pretendido conflito de competência, bem como o *periculum in mora* necessário ao deferimento da medida de urgência requerida.

O pedido liminar será apreciado oportunamente.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

